

Paleografia e memória moderna: manuscritos e impressos na Parahyba do Norte, 1835.

INTRODUÇÃO

Roberto Jorge Chaves Araújo¹

A transcrição da matriz digital (CONARQ, 2010) acima tem por objetivo a aplicação da norma técnica 1.9 das Normas Técnicas para Edição e Transcrição de Documentos Manuscritos, que diz respeito ao procedimento para transcrever abreviaturas ainda usuais ou de fácil reconhecimento (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 100). Como exemplo de tais abreviaturas podemos citar aquelas que constam no início do documento, na primeira e segunda linha, sendo elas: “II^{mo}”, “Ex^{mo}”, “V. Ex^a”, “Off.^o”. Ao mesmo tempo procura-se indicar informações sobre o desenvolvimento da impressão tipográfica na Parahyba do Norte.

O documento tem informações sobre equipamentos, denominados de “utencílos” (sic), e leis necessários à organização e funcionamento da Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no período logo após ter sido devidamente instalada em 5 de abril de 1835.

A questão para a qual desenvolveremos uma brevíssima e introdutória resposta diz respeito à maneira como começou definitivamente a indústria da tipografia no Brasil, especificando para o caso da Parahyba do Norte. A seguir, a matriz digital e a transcrição que servem de referências, para esse trabalho.

Finalizando essa introdução é importante mencionar que o projeto de pesquisa do qual resultaram a matriz digital transcrita nesse trabalho e várias outras, desenvolveu-se no Acervo Documental Waldemar Bispo Duarte, em João Pessoa-PB, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Recife-PE e no Instituto Histórico e Geográfico do RN, em Natal-RN, e foi financiado pelo PROPESQ da Universidade Estadual da Paraíba. Por último, agradecemos a revisão conjunta com esse autor da transcrição por parte da prof^a. Maria da Vitória Barbosa Lima.

¹ Exerce a função de pesquisador, enquanto servidor público legislativo, no Departamento de Cultura e Memória da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

Amman. da Paroub. 29 de Maio de 1895

M^{rs} e M^{rs} S. S. S. S. S.
e Maria Carmo da Cunha S.
P. S. S. S. S.

Antônio José Henriques.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor

- [5] Recebi o Off.^o de V Ex.^a de hontem acerca do Des
tacamen.^{to} de Guardas Nacionaes, mandado reunir
para coadjuvar a Força de 1.^a Linha no Serviço da
Praça, e de uma leis [sic] que se augmentara no
respectivo Quartel; mas convem á regularidade da
escripterra
çaõ [sic], e interesses da Fazenda, que V Ex.^a Declare
o dia, em que uma, e outra cousa se verificou.
- [10] Tenho tam
bem presente o Off.^o de V Ex.^a de hoje sobre o suppress.^{to},
que de differentes utencilios [sic] se deve fazer a Assem_
blea Provincial; e examinando a relação, que o
acompanhou, cumpre observar a V Ex.^a, que a prensa
e banca, que a aquela deve servir de assento assim como
[15] de que se tem de destinar para guarda do Livro da
Porta, pode ser feita no Trem Militar, como é cos-
tume, e a economia mesma da Fazenda, como que o ex-
ige. Eu darei as precisas ordens para o mais, e
quanto a Collecção das Leis contractarei competem.^{te}
[20] com quem a mando vir de Pernambuco, por só ha
ver nesta Thesouraria uma única que lhe é in
dispensavel, e na qual nem se acha oCodigo do Proces
so, que á referida Assembleia tambem se faz mister
Deos Guarde a V Ex.^a

[25] Thesouraria da Paraiba 23 de Abril de 1835

Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor Manoel
Maria Carneiro da Cunha Vice
Presidente da Provincia

Antonio Jose Henriques.

ANÁLISE PALEOGRÁFICA

A análise paleográfica da escrita da matriz digital foi feita considerando-se orientações contidas no *Guia da Análise Paleográfica* (LEAL & BERWANGUER, 2008, p. 105-109). É a que se segue.

Aspectos complementares: *localização*: Acervo Histórico Valdemar Bispo Duarte. Espaço Cultural. João Pessoa-PB, Brasil; *notação*: Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC, Arquivo Histórico, Período Imperial, Documentos Manuscritos, Cx. 12, Ano: 1835; *data*: 23 de abril de 18135; *sumário*: Ofício de 23 de abril de 1835, do tesoureiro provincial [Antonio Jose Henriques], ao vice-presidente da província da Paraíba [Manoel Maria Carneiro da Cunha], comunicando assuntos militares e o suprimento de utensílios diversos, incluindo uma prensa, para uso da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba; *documento*: original.

Aspectos gráficos: *modelo de escrita*: escrita humanista; *ductus*: escrita destrosa; *automatismo*: não se verificou; *peso da escrita*: predominam os traços leves; *módulo*: predomínio de letras pequenas; *ângulo da escrita*: o traçado da escrita é inclinado para a direita; *relação minúscula/maiúscula*: uso de maiúsculas e minúsculas, sendo que as palavras grafadas com letras maiúsculas iniciais estão presentes no começo e meio de frase; *distribuição das palavras*: espaçamento regular entre as palavras com raras uniões indevidas de palavras; *pontuação*: estão presentes o ponto final, a vírgula e o ponto e vírgula; *acentuação*: sinal de nasalização, acento agudo com tom de crase, cedilha; *numeração*: aparecem numerais arábicos; *sinais taquigráficos*: sinais especiais abreviativos.

Aspectos materiais: *suporte da escrita*: papel; *instrumento da escrita*: pena de ave; *tinta*: ferro-gálica; *encadernação*: avulsa; *dimensão*: semelhante às dimensões, largura e altura, da atual folha de papel A4; *estado de conservação*: bom para manchado.

A MEMÓRIA MODERNA: CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL PARAIBANA

Do predomínio dos manuscritos aos impressos. Essa expressão indica parcialmente o processo de desenvolvimento posterior à 1808/1810 da memória tradicional colonial para a memória moderna na sociedade brasileira nacional.

Parcialmente porque há outros fatores envolvidos nesse processo que, no entanto, não tornam menos relevante a disseminação da produção de escritos impressos e sua livre circulação no Brasil.

O documento manuscrito que serve de referente à matriz digital é uma forma de memória moderna. Está inserido nos inícios dos chamados “tempos modernos”, como uma iniciativa de “descolonização interior” (NORA, 1993, p. 7-8) do estado nacional brasileiro, já que tanto reproduz uma escrita “sóbria, clara, elegante e simples” (MARQUES, 2010, p. 75), a escrita humanista inspirada na escrita carolina, como também informa sobre uma iniciativa ligada à produção de escritos impressos que são indicativos de instauração de um período no qual o *registro* da memória cresce, estimulando a formação da memória arquivística (NORA, 1993, p. 14-15).

É nesse período de aparecimento da imprensa que a escrita ganha crescentemente espaço como forma de memória, relativamente à fala, ao ser associada à alfabetização, inaugurando outra fase na história da memória (LE GOFF, 1990, p. 369).

Como se percebe, o período da história do Brasil no qual se desenvolveu e predominou a memória tradicional, produto de um certo equilíbrio entre o uso da fala e da escrita, corresponde ao tempo de existência da sociedade colonial em sua maior parte. A partir de 1808/1810, a balança começa a pender de forma muito lenta, porém inexoravelmente, para que se estabeleça o predomínio da escrita, desenvolvendo-se a memória moderna.

Observe-se, antes de seguir adiante, que nossa concordância com a análise de P. Nora (1993, p.14) é limitada, haja visto que no pensamento do autor há uma espécie de dicotomia expressa pelo entendimento de que nos “tempos modernos” a memória passa a ser “psicológica, individual e subjetiva” em oposição à memória anterior, denominada de *verdadeira*, “social, coletiva, globalizante”.

Em decorrência de tal dicotomia, entendemos, na linha de M. Bermann (1986, p.25), que a análise de Nora é orientada por uma “visão fechada” que caracteriza o pensamento do século XX, ao contrário do que ocorria no pensamento do século XIX, onde esteve presente uma “visão aberta”, em pensadores como K. Marx e F. Nietzsche. Nesse sentido o entendimento de que a memória é individual e social parece ser mais adequado e ter mais alcance, pois evita o reducionismo e a definição de memória como comportamento narrativo com função social motivada por algo ausente (JANET *apud* LE GOFF, 1990, p. 367), parece-nos bem mais adequada porque nela estão contempladas ambas as dimensões, individual e social.

Sobre a iniciativa na Parahyba do Norte de se comprar mais uma máquina tipográfica, como está registrada na nossa matriz digital transcrita, para uso institucional provavelmente, ela partiu da Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, que havia se instalado no início mês de abril de 1835.

A compra de equipamento sofisticado, para os padrões da época, em Pernambuco, decorria das necessidades internas da instituição legislativa provincial paraibana como demonstra documento datado de 18 de fevereiro de 1835, autografado pelo tesoureiro provincial Antonio José Henriques, no qual afirma-se que foi aberto um edital para compra de “utencílios” (sic) em Pernambuco para a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, e ninguém havia atendido naquele momento.

Após, a instalação das Assembleias Legislativas Provinciais naquele ano de 1835, em cada uma das províncias do Império do Brasil, deliberou-se sobre a necessidade de comunicar informações sobre suas respectivas atividades a outras instituições congêneres, como indicam vários registros manuscritos.

Um documento datado de 29 de agosto de 1835, assinado em Desterro, capital da província de Santa Catarina, por Jerônimo Francisco Coelho, deputado provincial e 1º Secretário da Assembleia Legislativa Provincial catarinense, ao 1º Secretário da Assembleia Legislativa Provincial da Parahiba, registra que por deliberação da própria Assembleia Legislativa Provincial catarinense “se remettede a todas as outras Assembleas Provincaes hũa coleçãõ de actas legislativas que passaraõ na sessãõ do corrente anno”.

Outro documento de 27 de abril de 1836, do deputado provincial da Parahyba do Norte, Francisco José Meira, dirigido ao presidente de província de Pernambuco, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, registrou o cumprimento da determinação ao Imperial Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de 27 de fevereiro de 1836, para remeter “exemplares juntos dos trabalhos Legislativos Provinciaes [sic]”.

Também a respeito da comunicação e incluindo informação sobre o desenvolvimento da tipografia é bastante significativo o documento assinado em Cuybá, em nome do 1º Secretário da Assembleia Legislativa Provincial do Mato Grosso, deputado provincial Antonio José Duarte, datado de 30 de abril de 1837, e enviado ao 1º Secretário da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, agradecendo os “trinta e três exemplares das Actas Legislativas” do sessão – o período anual chamava-se sessão e não período legislativo como se faz atualmente - do ano de

1835, e desculpando-se por não poder fazer o mesmo tipo de remessa “pela absoluta falta que a Província sente de Tipografia”.

Pode se deduzir que o escrito manuscrito e o escrito impresso faziam parte da afirmação de uma instância de poder novo, renovado pela *descentralização* ocorrida nas estruturas da monarquia constitucional brasileira após a criação das Assembleias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais de Província através do Ato Adicional de 1834. Observe-se que esse poder novo existia em meio a uma sociedade onde a relação de trabalho predominante era escravista e a agricultura a atividade principal.

Há informações importantes no documento transcrito sobre o desenvolvimento da produção de documentos impressos na Província da Parahyba do Norte, cuja primeira tipografia, a Nacional da Paraíba, começou a funcionar em 1820, na Rua Direita, 62, atual r. Duque de Caxias, no chamado Centro Histórico da capital paraibana. Essa tipografia funcionou até era “encarregada de imprimir a *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*, órgão oficial do governo da província da Paraíba” (BARBOSA, 2010, p. 210). As informações mencionadas se referem à aquisição de uma “prensa”.

A indústria tipográfica instalou-se inicialmente no Brasil em 13 de maio de 1808 com a criação da Impressão Régia no Rio de Janeiro, por determinação do príncipe D. João, na mesma cidade do Rio de Janeiro, após a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, com o objetivo de imprimir decisões governamentais e também “todas e quaisquer outras obras”, ou seja, embora tenha sido uma decorrência da ação do estado, a Impressão Régia *não* se limitava a imprimir a “toda a Legislação e papeis diplomáticos que emanarem do meu Real Serviço” (ABREU, 2010, p. 42).

A Impressão Régia no Rio de Janeiro estava subordinada à Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra e nela foram impressas obras de Belas-letas, de Medicina, de Economia, de Direito, de História e de Teologia, além de periódicos e livros didáticos” (ABREU, 2010, p. 44).

O contexto histórico no qual se insere essa e outras mudanças é vasto, diverso, em termos coloniais, metropolitanos e internacionais. Desde 1789, já havia se desenvolvido no Brasil a “sedução da liberdade” (JACSÓN, 1997, p. 387-438), ou seja, movimentos de contestação política anticolonialistas. No contexto internacional, é preciso registrar a ocorrência de processos demolidores do pacto colonial e do colonialismo, como a Revolução Industrial de 1770, a Independência do Haiti (1798-1806) e seu sentido anti-escravista e republicano, a Revolução Americana de 1776 e a

Revolução Francesa de 1789, bem como seus desdobramento internacionais nas lutas napoleônicas, a exemplo do conflito com Inglaterra e Espanha que, envolvendo Portugal obrigaram a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em novembro de 1807.

No que diz respeito ao contexto colonial, havia ocorrido durante o período colonial tanto o crescimento demográfico, como também o aumento de renda, estimulando e exigindo mesmo o crescimento das trocas. Além disso, desde 1801 se verificou a *liberalização da economia colonial*, com o fim do monopólio do sal e do estaque e pesca da baleia. Esse processo avançou largamente de 1808 a 1815, destacando-se nele a “abertura dos portos brasileiros ao comércio direto estrangeiro, ressaltando os gêneros estancados”, pela Carta Régia e 28 de janeiro de 1808; *a permissão para instalação de fábricas e manufaturas, pelo Alvará de 1º de abril de 1808*; a livre comercialização de quaisquer produtos em “casas e ruas” de produtos que tivessem pago os “competentes direitos”, pelo Alvará de 30 de janeiro de 1810, e no ano seguinte, a liberação da venda do comércio de “qualquer gênero não vedado”, pelo Alvará de 28 de setembro de 1811; culminando com o decreto de 18 de julho de 1814, que autorizou “a entrada de navio qualquer nação nos Estados Portugueses e a saída dos nacionais para portos estrangeiros”, culminando a lei de 16 de dezembro de 1815, que elevou o Brasil à condição de Reino (COSTA, 1987, .p 72-75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pelo exposto, o desenvolvimento definitivo da produção de escritos impressos no Brasil, processo do qual a o governo provincial e Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte participaram ao adquirir máquinas tipográficas, produzir e difundir escritos impressos, insere-se nesse conjunto de mudanças das relações entre Brasil e Portugal, entre o Brasil e outras nações, da liberalização da própria economia brasileira e da alteração do estatuto político-administrativo da condição de colônia para reino.

Nesse sentido, a fase moderna da história memória iniciada a partir do período 1808/1822, na qual a imprensa faz a escrita progredir relativamente à fala como forma de memória teve, provavelmente, a participação da Assembleia da Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, um órgão público. Já antes em 1823, havia sido inaugurada a tipografia em solo paraibano, nesse caso, pode ser com mais certeza, por

parte de outro órgão público provincial que era o governo da Província da Parahyba do Norte.

Antes da revogação da interdição à instalação de fábricas e manufaturas em 1808 e da liberação do comércio em “casas e ruas”, os escritos impressos circularam em quantidade “volumosa” no Brasil, como mercadorias importadas de Portugal (ABREU, 2010, p. 45) e ocorreram mesmo iniciativas breves, porém abortadas pela Coroa portuguesa de instalação da tipografia em meados do século XVIII (BRAGANÇA, 2010, p. 25-39).

Mas foi a partir de 1808/18010 que a indústria tipográfica teve condições mais gerais de funcionar e distribuir seus produtos em território colonial, em decorrência da chamada liberalização da economia e da sociedade coloniais, com a permissão para pessoas venderem produtos os produtos que quisessem *nas ruas e nas casas*, desde que tivessem os seus direitos pagos, como já foi dito.

Após 1808/1810, parece que não ocorreu um *boom* da indústria tipográfica e da produção de impressos, pois a segunda tipografia em solo brasileiro foi instalada foi instalada em Recife na província de Pernambuco, em 1817 (RIZZINI *apud* ABREU, 2010, p.65). De acordo com essa mesma referência, a primeira tipografia instalada na paraíba foi em 1826. No entanto, outra referência afirma que essa instalação data de 1823 (MARTINS *apud* BARBOSA, 2010, p. 65).

Concluindo, pode se dizer que, lentamente, a história da memória foi alterada pela disseminação da indústria tipográfica e pela alfabetização que só ganharia algum tipo de obrigatoriedade, a partir de 1928, coma a lei de 15 de outubro de 1827, que determinava em seu “Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.”²

Portanto, é possível sugerir que à semelhança do que ocorreu na Europa, após o começo do uso da tipografia com tipos móveis no século XIV (BRAUDEL, 1995, 365-366), a memória moderna da qual Le Goff (1993, p. 394) fala que se instalou transformada pela imprensa e pela alfabetização “lentamente”, também se desenvolveu o Brasil sob a marcante influência da ação dos poderes públicos. Observe-se que esse caráter lento no Brasil foi muito mais acentuado pela existência da escravidão, por exemplo. Note-se que os impressos já circulavam em quantidade volumosa (ABREU,

² Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm

2010, p. 45), embora tal circulação fosse em certas camadas da sociedade colonial, ricas, provavelmente.

Por último é muito importante assinalar que a produção de impressos em território nacional só atingirá parcelas mais amplas da população ao longo do século XIX e durante século seguinte. Também por isso, o caráter lento da revolução da memória proporcionado pela imprensa na Europa, foi bem mais acentuado aqui no Brasil e na Parahyba do Norte, um território diferenciado em termos econômicos, sociais e culturais no próprio contexto da formação social brasileira e na região nordestina.

Referências documentais e bibliográficas

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba no Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 205-220.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: SHWARCZ, 1986.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. Revista e ampl. - Rio de Janeiro: UFSM, 2008

BRAGANÇA, Aníbal. Antonio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores. In: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 25-39.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII**. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CONARQ (Brasil). **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: < http://docfilm.com.br/wp-content/uploads/2014/11/recomendaes_para_digitalizao.pdf. > Acesso em: 25 de abril de 2016.

COELHO, Jerônimo Francisco. [Ofício autógrafo], de 30 de abril de 1837, 1º Secretário da Assembleia Legislativa Provincial, [para], 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Desterro, Província de Santa Catarina. Manuscrito.

COSTA, Emília Viotti. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 65-125.

DUARTE, Antonio Jose. [Oficio autógrafo], de 30 de abril de 1837, Cuyabá [Província do Mato Grosso] [para] 1º Secretario da Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. Manuscrito.

HENRIQUES, Antonio Jose. [Oficio autógrafo], de 18 de fevereiro de 1835, Thesouraria da Paraíba, [para] José Luis Lopes Bastos, vice-presidente provincial, Parahyba do Norte. Manuscrito

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e Souza (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida provada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387- 438.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

MEIRA, Francisco José. [Oficio autógrafo], 20 de abril de 1836, Palacio de Governo da Parahiba [Parahyba do Norte], [para] Francisco de Paulo Cavalcante de Albuquerque, presidente da província de Pernambuco, Pernambuco. Manuscrito